

Instituições financeiras adotam normas devagar

Veículo: Executivos Financeiros

Data: 16.09.13



Auditor precisará mostrar critérios de trabalho

Há desníveis na adoção de normas no Brasil. A disparidade ocorre na adoção das normas em segmentos de atividades e portes de companhias. O setor financeiro ainda está no começo. André Milanez, diretor da Cetip, diz que para instituições financeiras o processo de adoção das normas IFRS caminha devagar.

Segundo ele, pelo menos oito normas já foram adaptadas pelo Banco Central, entidade reguladora das instituições financeiras. Há quem diga, que essa morosidade se deve ao volume de operações balizadas por juros compostos que dificultam a programação de sistemas de TI.

Para o diretor da Cetip, instrumentos financeiros e combinações de negócios são parte do processo de evolução. Nesses âmbitos "é fundamental o papel dos reguladores como um 'enforcement' para garantir aplicação consistente das normas".

Milanez diz que para as seguradoras, nas divulgações IFRS individuais e consolidadas, a Susepe fez alteração no IFRS e excluiu o custo atribuído da data de transição. Outra decisão foi permitir a perda esperada em provisões, tema discutido em âmbito mundial, e que reforça as reservas de capitais nas entidades, bem quistas em épocas de crise.

Entre os desafios no processo de adoção do IFRS no Brasil está o aumento das divulgações. "Quantidade não é sinônimo de qualidade", reforça. Lá fora, o projeto IFRS tem a 'disclosure initiative' para aprimorar e otimizar os níveis de divulgação.

No Brasil, há o GT (grupo de trabalho) de notas explicativas, formado pelo **Codim** e CPC, com as agendas dos contadores, auditores e envolvidos no processo. "Essas iniciativas permitem consistência na aplicação e maior comparabilidade." "Se empresas e jurisdições não falarem a mesma língua, a comparação fica mais difícil com normas mais complexas", emenda.

Questões-chaves que indiquem áreas de risco no parecer do auditor deverão merecer mais atenção no futuro. Esse é o teor de novo relatório que vem sendo preparado pelo International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb). "Com o IFRS, as exigências aumentam para quem contabiliza e audita", reconhece Paul Sutcliffe, sócio da EY.

Sutcliffe explica que o nível de dificuldade aumentou. Enquanto pelo valor histórico, o trabalho do auditor se resumia a confrontar as informações com a nota fiscal, instrumentos como derivativos e propriedades para construção demandam o entendimento do que seja o valor justo, e que critérios foram usados pela companhia para mensurá-lo. Para tratar do valor justo, o auditor "precisa entender modelos".

O especialista diz que o auditor precisa ter expertise dessas áreas, e contar com profissionais de outras áreas, inclusive, para entender o que está sendo contabilizado. Assim, em uma indústria de cana, um biólogo poderá ajudar o auditor a entender quantas safras de cana de açúcar estão sendo produzidas, e assim por diante. O sócio da EY, nova marca da Ernst & Young, comparou a adoção das normas internacionais no Brasil a um churrasco britânico e brasileiro. Os métodos são diferentes em função de cada cultura, o que não impede de serem combinados.